

CA

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

ATA N.º 4/2020

(CONTÉM 38 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 10 de setembro de 2020, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas 09h30m, com a seguinte ordem de trabalhos: ---

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 26 de junho de 2020;
4. Projeto de regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro;
5. Projeto de regulamento municipal de transporte de doentes oncológicos;
6. Minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
7. Minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
8. Imposto municipal sobre imóveis, a liquidar em 2021;
9. Derrama (para vigorar em 2020);
10. Taxa municipal de direitos de passagem (Ano 2021);
11. Participação variável no IRS (Ano 2021);
12. Relatório de acompanhamento da execução do plano de ajustamento financeiro - 1.º semestre de 2020, no âmbito do PAEL (Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro);

Sessão de 18 de setembro de 2020

13. Manutenção de competências no âmbito de intervenção do município - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
14. Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
15. Minutas de autos de transferência - Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
16. Concurso público para aquisição de serviços de gestão de recolha indiferenciada, recolha seletiva, transporte de resíduos e limpeza urbana nos municípios da Terra Fria Transmontana;
17. 6.ª Alteração orçamental aos documentos previsionais para 2020, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos, a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, e a 2.ª alteração ao plano de atividades municipais;
18. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Urbino Anjos Correia, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Mário João Ferreira Vaz. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Augusto Castro Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo, Marisa Pardal Lavrador, Luz Jesus Guerra João, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento M. Cristal Firmino, Priscila Salomé R. Oliveira, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos Eduardo Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Miguel Augusto Gomes Martins, Silvino F. Preto da Silva, e Paulo Mendes, em representação de Adérito dos Santos Martins. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores Anabela Torrão, Manuel Rodrigo Martins, e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta minutos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão e dando prosseguimento aos trabalhos passou ao período das informações. -----

1. Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra a fim de dar diversas informações, iniciando à sua intervenção com a apresentação dos seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão. -----

Continuou transmitindo que, no final da sessão serão entregues aos Presidentes de Junta de Freguesia máscaras sociais para distribuir nas respetivas freguesias pela população em geral. -----

Informou que, no próximo dia 13 de outubro decorrerão as eleições para a eleição do Presidente para a CCDRN - Comissão de Coordenação da Região Norte e oportunamente os membros desta Assembleia serão convocados para comparecerem em sessão a agendar pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Deu conhecimento de que, ontem surgiu um novo foco de infeção pela COVID-19, num estabelecimento de restauração desta cidade, referindo que, a situação está controlada, e inclusivamente o restaurante em questão encontra-se já fechado por prevenção, apelando a todos os presentes que tenham os devidos cuidados para evitar a propagação da pandemia. -----

CF
A

Sessão de 18 de setembro de 2020

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que, será marcada uma sessão extraordinária para proceder à eleição do Presidente para a CCDRN, dando um breve esclarecimento de como decorrerá a eleição. -----

Concluído o período de informações o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que, é do conhecimento público que foi criado um movimento denominado de "Movimento pela Terra de Miranda", no contexto da venda da concessão das barragens implementadas no Douro Internacional, e também das barragens da Foz do Sabor, e da Foz do Tua, que tem levado a cabo uma série de iniciativas.

Sabe que a nível cívico sempre são levantadas algumas questões, nomeadamente, questões ligadas ao aproveitamento político, ou qualquer outro tipo de aproveitamento. -----

Afirmou que, o movimento é apolítico, integra pessoas dos mais variadíssimos quadrantes, pessoas do nosso concelho, dos diversos setores sociais, políticos, outros ligados às associações culturais deste concelho. -----

Expôs que, ele próprio também integra o referido movimento, transmitindo que já reuniram diversas vezes, e que já tinham também reunido com uma série de personalidades públicas, personalidades do mundo da política, e da cultura. -----

Estão também em contacto com os meios de comunicação social, entre outras ações, com o objetivo de alcançar o que se pretende, que é colmatar a injustiça que se verifica relativamente à distribuição de mais valias advindas da produção de energia elétrica, pelas populações com barragens e os respetivos centros de produção de energia elétrica. -----

Referiu que, se verifica nessas reuniões que as pessoas se mostram sensibilizadas com a iniciativa, estando a ser solicitado que seja criada legislação para que esta questão possa ser contemplada no orçamento de Estado do próximo ano, o que a ser conseguido não será apenas benéfico para o Concelho de Miranda do Douro, mas para todos os concelhos nas mesmas circunstâncias. -----

Nesse sentido propôs que, fosse atribuído por parte desta Assembleia Municipal um voto de incentivo às pessoas que integram o referido movimento, para que continuem a trabalhar, porque se deparam com muitas dificuldades nessa caminhada. -----

O **Deputado António Carção**, solicitou o uso da palavra, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida disse algumas palavras a respeito do “Movimento pela Terra de Miranda”. -----

Assegurou que, comunga em pleno com as palavras do Presidente da Assembleia Municipal quando se refere ao grupo de trabalho, que integra o “Movimento pela Terra de Miranda”, dizendo que, o trabalho que está a ser feito é feito de uma forma desinteressada, no que se refere à parte financeira, e muito interessada no que toca aos valores culturais da nossa terra. -----

Parabenteou todos os que integram o referido movimento, afirmando que, se sentiria mais feliz se o movimento alargasse os seus objetivos e o seu âmbito de atuação, porque este concelho sofre do problema da interioridade. ---

Comentou que, caso o movimento tenha êxito, acreditando que efetivamente o vai ter, haverá um volume financeiro a gerir bastante interessante, que poderia vir a ser utilizado também na área da saúde, da educação, e da terceira idade. -----

Afirmou que, além de interioridade este território sofre de desprezo por parte das entidades nacionais que gerem nesses contextos, por esse motivo gostaria de ver o âmbito dos objetos deste movimento, mais alargado. -----

Referiu que, segue o movimento à distância suscitando-lhe algumas reservas, alertando para o facto de se verificar alguma politiquice e alguma ciumeira que pode eventualmente vir a interferir negativamente neste projeto. --

Apelou a esse grupo crítico, que critica pela positiva, que se deixe dessas pequenas tricas e que se liberte para um bem maior, por forma a que o Concelho de Miranda do Douro seja ressarcido definitivamente por parte dos que têm o poder, e que seja proporcionado a este concelho a mais valia que não tem proporcionado ao longo de todos estes anos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, o grupo de trabalho tem debatido todas essas questões, e que tem estado a trabalhar bem. Quanto

à afetação de dinheiros que venham a ser conseguidos com base neste movimento, referiu que, e obviamente, a única entidade do município que pode vir a arrecadar receitas será o próprio município, e por sua vez o município fará a repartição desse dinheiro da melhor maneira possível. -----

Disse que, sem embargo, o movimento tem um cariz mais cultural porque foi nesse formato que ele nasceu. -----

Expôs que, a pessoa que está na raiz deste movimento e quem mais tem pensado nestas questões é o nosso conterrâneo José Maria Pires, que já foi subdiretor geral das finanças, e, portanto, conhecerá muito bem esta problemática quer do lado dos impostos quer do lado jurídico, porque ele é especialista nessa área. -----

Referiu que, se for possível construir um caminho que mude um conjunto de mentalidades acerca de algo específico, que é esta coisa das barragens, que é uma justiça a forma como tem sido tratado este assunto, e que se verifica fácil de resolver. -----

No contexto do movimento, disse que, ninguém pede nada ao concessionário, mas, pede ao Estado uma mudança na forma de distribuir o que o Estado vai buscar à empresa, ou seja, a repartição do que o Estado recebe em impostos pelo nosso município, porque tem barragens, e esses impostos são, a derrama, o IVA, o Imposto de Selo, e o IMI, sobre o que o município não tem escrutínio. -----

Passou a dar uma explicação sucinta a respeito da forma como é feita a liquidação desses impostos a nível nacional, bem como a sua distribuição. -----

Explicou que, o movimento está a tentar sensibilizar o poder central para que proceda à distribuição desses valores de outra forma, que seja mais justa para os municípios com barragens. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, solicitou o uso da palavra, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão, e em seguida falou a respeito do movimento dizendo que, também ele integra o “Movimento pela Terra de Miranda”, enquanto membro de uma associação sediada neste concelho, porque o movimento surgiu de um elemento cultural. -----

Relativamente às palavras proferidas pelo Deputado António Carção, em relação ao “Movimento pela Terra de Miranda”, disse que, compreende o sentido das suas palavras, mas sem embargo, a origem do movimento é o meio cultural do nosso concelho, porque é uma área sensível, e a nossa cultura tem particularidades sui generis, o que motivou este movimento. -----

Enquanto Presidente de Junta, acredita que o movimento pode ser uma forma de fazer justiça nestas terras. Afirmou que estas barragens pouco ou muito pouco têm aqui deixado, para além de existir um protocolo que foi celebrado entre a EDP e a ANMP de que a Câmara Municipal tem beneficiado. ---

Afirmou que, este movimento nada tem contra a EDP ou contra o novo concessionário, apenas se está a tentar que se faça justiça neste território, e, portanto, quanto mais aderência o movimento tiver, melhor será para todos. ----

Salientou que, este movimento não integra apenas elementos do Concelho de Miranda do Douro, agrega também elementos do Concelho de Mogadouro. -----

Colocou a possibilidade de numa fase posterior e depois de alcançados estes objetivos, que o que venha a surgir deste movimento possa ser aplicado não só às áreas mais amplas, a outros setores, e também geograficamente, abrangendo também o concelho de Vimioso. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu as boas vindas ao movimento referindo que, tem estado presente sempre que lhe tem sido solicitado, e nesse sentido a Câmara Municipal também tem estado envolvida e dado apoio a este movimento. -----

Referiu que, a Câmara Municipal de Mogadouro tem tido abertura para estar presente e para apoiar este movimento, que suscitou no âmbito cultural.

Expôs que, durante muitos anos a Fundação EDP concedeu um apoio a todos os municípios com barragem, sendo que, a EDP pretendia ser vista não como um agente produtor, mas sim, como um agente cultural, e um apoio social para todo o território, e neste contexto a EDP esteve durante muitos anos a apoiar uma série de entidades. No entanto, existe um outro contexto que tem a ver com as compensações, que são a dois níveis, a compensação feita através da distribuição, tendo o Estado Português tido uma conduta incorreta para com

todos os municípios com barragem, porque transferiu toda a gestão da energia sem a respetiva dotação financeira para esse efeito, além de que, quem devia pagar a iluminação pública é o Estado e não os municípios. -----

Elucidou que, o Estado aumentou o IVA de 6% para 23%, mais um custo adicional para as Câmaras Municipais, tendo estas medidas criado um défice tarifário ao nível da distribuição, que é pago por cada um dos municípios. -----

Informou que, ao nível da produção existe também um determinado valor que consta no documento assinado em 2011, um protocolo de colaboração a nível da produção, acontecendo que, estava previsto que através desse protocolo seriam distribuídos pelos municípios com barragens, num total de cinquenta e dois milhões de euros, acabando por ser apenas distribuído o valor de quinze milhões de euros. Foi posteriormente assinado um protocolo em Picote, no que constava apenas a distribuição de cinco milhões de euros, e não os referidos quinze milhões de euros. -----

Referiu que, quando foi apresentada a moção tomada nesta Assembleia Municipal concernente à concessão das barragens tudo isto veio ao de cima, suscitando assim uma série de dúvidas. Em primeiro lugar, a dúvida de como foi feita a concessão da barragem à EDP, se foi apenas concessionada a exploração da barragem ou também o próprio edifício. -----

Comentou que, todas as barragens foram avaliadas, e que, foi feito um despacho pelo secretário de estado da tutela para não inscrever as barragens na matriz predial, e não estando inscritas na matriz não estavam sujeitas ao IML, estando agora esta questão em averiguação. -----

Transmitiu que, o PSD tomou uma resolução na Assembleia da República através dos deputados Isabel Lopes, e Adão Silva, que apresentaram esta moção na Assembleia da República, tendo sido aprovada, e, entretanto, surgiram um conjunto de medidas. -----

Expôs que, há duas importantes considerações a ter em conta, primeiro, o custo do impacto ambiental das barragens em todo o nosso território, que nunca foi pago, e o fundo cultural e social. É neste sentido que este movimento se está a apoiar, o fundo cultural e social não reverterá a favor da Câmara Municipal, havendo necessidade de constituir um organismo gestor para onde

esse fundo possa ser transferido para que seja gerido e aplicado neste concelho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação a atribuição de um voto de incentivo ao “Movimento Cultural da Terra de Miranda”, que foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

Considera que, este é um dos assuntos fundamentais que nos podem mobilizar no contexto da justiça territorial em relação ao nosso município. -----

Deixou um pedido do movimento, dizendo que muito gostaria de fazer uma sessão de Assembleia Municipal conjunta entre o Concelho de Miranda do Douro, e o Concelho de Mogadouro, sabendo que, do ponto de vista legal cada uma das assembleias decidirá por si, reunindo apenas e simbolicamente, dando acesso à comunicação social pelo facto de duas assembleias municipais da Terra de Miranda se unirem para decidirem acerca de uma temática de justiça territorial que lhes incumbe. -----

No contexto das conversações com o movimento, considera que devemos estar recetivos, afirmando que, já teve conversações com o Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, que também está muito recetivo e aberto a esta questão, por forma a que por todos se leve esta iniciativa avante. -----

Em seguida abriu inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito os seguintes membros: Marisa Lavrador, Antero Besteiro, Camilo Raposo, Silvino Silva, Jorge Jacoto Lourenço, e António Carção. -----

A **Deputada Marisa Lavrador**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes nesta sessão e prosseguiu fazendo a leitura de uma intervenção escrita que passa a ser transcrita para a presente ata. -----

“A crise económica difunde-se e alarga-se como uma complexidade crescente. Pouco a pouco existe um processo de levantamento pericial e profissional das medidas de isolamento social e de restrição de movimentos e atividades, adotadas para travar e limitar a propagação da pandemia covid-19.

A lenta e limitada desmontagem do confinamento em curso surge, com clareza, como uma tentativa de articulação possível entre a melhoria dos indicadores relativos à crise de saúde pública e a degradação dos indicadores relativos à crise económica e social. -----

CF
A

A emergência de saúde pública persiste, com a prioridade que a ameaça da vida determina, mas já é confrontada, abertamente e por todos, com os enormes custos económicos e sociais que vai implicando. Daqui resulta uma grande diversidade de posições no plano individual, empresarial, social e político nas várias escalas de decisão que nos implicam. -----

A crise económica em desenvolvimento vai configurando, ainda, como um desafio de plena perceção, quer da verdadeira dimensão dos seus impactos negativos, quer da verdadeira duração dos movimentos, processos de destruição e posterior recuperação. -----

Dito isto, gostaria de ter acesso ao documento que reúne todas as medidas desenvolvidas por este executivo no âmbito do covid-19. Este documento deve ser do conhecimento da Assembleia, mas, sobretudo do conhecimento de todos os Mirandeses. -----

Estou consciente que, corresponde á necessidade de criar respostas multifacetadas, transversais ao desenvolvimento do nosso Município. Uma vez que, eu desconheço tais medidas, não quer com isto dizer que não existam, passo a citar um conjunto de medidas de apoio às famílias e empresas para o relançamento das atividades económicas: -----

1. Criação de um fundo de emergência social dirigido às famílias/grupos de risco (como podem ser: famílias alargadas; famílias monoparentais; crianças; grupos étnicos; idosos), permitam-me que sublinhe a negrito este último grupo de risco. -----

Em Portugal, 18% da população tem mais de 65 anos ou mais anos, se transferirmos esta realidade para o concelho de Miranda do Douro provavelmente esta percentagem duplique, constituindo os idosos um dos grupos sociais mais vulneráveis. Porquê? Porque viram os seus rendimentos afetados quer pelo congelamento das pensões, quer pelos cortes em benefícios sociais. O aumento dos preços dos cuidados de saúde, gás e eletricidade e bens alimentares, repercute-se nas condições de vida dos idosos, com baixos rendimentos, principalmente aqueles que vivem em zonas rurais isoladas. Esta é a imagem de muitos idosos do nosso concelho. -----

Este fundo de emergência social também deve obrigatoriamente incluir todas as instituições sociais (IPSS). -----

2. Aumento da tarifa social no abastecimento das águas nas instituições de solidariedade social. -----

3. Criação de uma bolsa de recrutamento de recursos humanos para intervir no terceiro setor, principalmente para as IPSS em caso de emergência social/pandemia COVID-19. Uma equipa que se ativasse em caso de crise COVID-19. Constituir uma bolsa de trabalhadores com formação prévia (principalmente em respostas sociais lares de idosos, infantários, etc). -----

Conheço a realidade de muitas instituições em que os seus colaboradores não baixam a guarda neste momento e são privados de ter férias, porque não se encontram pessoas qualificadas para o trabalho no setor. Também os salários não são muito atrativos, deveriam ser criados incentivos. Todos devemos ser responsáveis e "ajudar quem ajuda". -----

4. Isenção integral do pagamento de rendas a todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais que se encontrem encerrados. Redução do valor do pagamento das rendas durante a pandemia. -----

5. Criação de uma equipa de apoio às micro, pequenas e médias empresas, tendo em vista assegurar a informação sobre todos os apoios existentes, bem como, consultoria para mitigar os efeitos da crise e promover a recuperação económica. -----

6. Alargamento do sistema de apoio aos agentes e atividades do setor que culturalmente não estão abrangidos por apoios municipais. Promover uma maior diversidade pedagógica/cultural, sei que ao nível do desporto têm existido algumas iniciativas, mas penso que se poderiam criar outras formas de expressão cultural além do desporto. -----

Outros assuntos que gostaria de destacar são:

- A degradação do edifício de paragem dos autocarros. Um edifício que é a porta de entrada para muitos visitantes que acodem a Miranda do Douro. Este edifício transmite uma imagem de abandono e se me permitem, de sujidade. ---

O município deveria zelar pela manutenção das suas infraestruturas. -----

- O percurso do Douro que vai até a alfândega na berma está cheio de lixo. Não existe um único contentor do lixo em todo o percurso (papéis, garrafas de água, etc). -----

- Nos jardins do lado oposto foram cortadas as árvores, sim sr. e muito bem, também cortadas as ervas daninhas ... mas não existe uma requalificação desses parques??? Arquitetura paisagística??? Esses jardins dão mais uma vez um aspeto de abandono. Recordo que, esses jardins são muito visitados na época de verão e poderiam ser melhorados.” -----

O **Deputado Antero Besteiro**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguiu a sua intervenção falando a respeito do dever social que a Câmara Municipal tem para com os munícipes, a propósito do caso do Sr. Luís Mercedes que vive numa pequena casa, propriedade do município sem condições condignas. Referindo que, não tem quarto de banho obrigando o Sr. Luís a recorrer a instituições existentes na cidade, concretamente, a Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, e o Grupo Desportivo Mirandês, para tomar banho, assim como, para satisfazer as suas necessidades básicas. Comentou que, já tinha abordado esta questão por diversas vezes junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no entanto, a situação mantém-se. Fez um apelo ao Presidente da Câmara Municipal, e aos técnicos da Câmara Municipal para seja feito o que for necessário para levar a cabo os trabalhos de recuperação da referida casa para que o seu utilizador tenha, pelo menos, o mínimo de condições de habitabilidade. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal falou a respeito das raças autóctones deste concelho dizendo que, existem três raças autóctones a bovina mirandesa, a churra galega mirandesa, e o burro mirandês. Referindo-se à raça bovina mirandesa disse que, com a instituição do livro genealógico, em 1977, o estado português, nomeadamente, a Direção Geral de Veterinária criou um prémio de incentivo ao criador, que é um subsídio de nascimento para animais que naquela época era do valor de dois mil escudos, recebendo cada criador essa quantia por cada vitelo nascido. Passado algum tempo esse prémio passou a ser do valor de cinco mil escudos e assim se mantém, afirmando que,

este incentivo pouco ou nada fez, porque se verifica no dia a dia a diminuição catastrófica do efetivo do bovino mirandês. -----

Referiu que, o autarca de Montalegre criou um prémio para atribuir por cada bovino ao bovinicultor Barrosão do valor de cinquenta euros, prémio esse que já foi duplicado e já é do valor de cem euros por cada animal criado. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou porque é que a Câmara Municipal de Miranda do Douro não segue esse exemplo ajudando desse modo o bovinicultor mirandês a aumentar o efetivo. -----

Referindo-se à intervenção apresentada pela Deputada Marisa Lavrador na parte respeitante às instalações dos autocarros alertou mais uma vez o Executivo Municipal para o mau estado em que se encontram as referidas instalações, que para piorar a questão se encontram à entrada da cidade vindo de Espanha, lembrando que, já por diversas vezes fez alusão a esta questão. ---

Indicou que, as árvores que se encontram na zona envolvente naquela área, que são oliveiras, estão abandonadas e não têm sido tratadas convenientemente. O que também se verifica no percurso pedonal indo em direção à antiga alfândega, encontrando-se no referido percurso árvores que estão a morrer em pé porque não são regadas. -----

Comentou que, também se verifica o mesmo noutros jardins do nosso concelho, sendo dever da Câmara Municipal mandar tratar dos jardins públicos.

Referiu que, pessoalmente não é contra as Associações de Criadores, mas sim, contra a má utilização das instalações que utilizam essas associações, exortando o Executivo Municipal a visitar as antigas instalações ocupadas pela Associação de Bovinos e Ovinos, dizendo que, está tudo abandonado, em Malhadas. Acrescentando que, para cumulo o Presidente da Câmara Municipal ainda lhes cede as instalações das salas de formação do Centro de Formação Profissional em Malhadas. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se sabe de quem são os troncos dos pinheiros depositados da parte de baixo do miniauditório e junto do cemitério municipal. Referindo que, essa lenha podia ser aproveitada por quem a quisesse para fazer lume em vez de ser depositada em espaços públicos. -----

Expôs que, os baldios devem ser devidamente cuidados, louvando os Presidentes das Juntas de Freguesia de Picote, de Duas Igrejas, e de São Martinho pelo trabalho que têm estado a fazer nas eiras das respetivas freguesias, o que considera bonito de se ver, o mesmo não dirá de Vila Chã da Braciosa, cujos fenos não foram cortados, ficando a paisagem com aspeto degradado. Apelou aos Presidentes de Junta de Freguesia para que mandem limpar os ribeiros, as fontes, e os fontanários das suas freguesias, porque as chuvas então a chegar e os ribeiros estão sujos, em nada dignificando o município, nem os munícipes. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes, prosseguindo, fez alusão às afirmações feitas pelo Deputado Antero Besteiro em relação ao estado de conservação do edifício cedido às Associações de Criadores das Raças autóctones, dizendo que, em nada dignifica a forma como deixaram as instalações por eles utilizadas. -----

Relembrou que, o plano e orçamento da Câmara Municipal contemplava uma verba para fazer obras de reparação nas referidas instalações, e desconhece porque motivo essas obras ainda não foram feitas. -----

Relativamente às medidas a tomar no âmbito da pandemia COVID-19, aconselhou ao Presidente da Câmara Municipal que sejam disponibilizados abrigos para as pessoas que se dirigem às instituições e serviços, no Centro Histórico da cidade, atendendo que ficam a aguardar em filas de espera, pela sua vez de aceder aos serviços, estando a aproximar-se o tempo frio e as chuvas, o que se torna desagradável para quem tem que estar na rua à espera. -

O **Presidente da União de Freguesias de Silva e Águas Vivas**, Silvino Silva, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e em seguida perguntou ao Presidente da Câmara Municipal a respeito das redes móveis, em que situação se encontra essa questão, porque também na sua freguesia se verificam muitas anomalias a esse nível. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, agradeceu pelas máscaras sociais que a Câmara Municipal vai entregar aos presidentes de junta de freguesia para que sejam distribuídas pela população.

Referiu que, todas as medidas propostas nesta assembleia à Câmara Municipal no âmbito da pandemia são todas muito bem-vindas, afirmando que, da sua parte e na qualidade de presidente de junta de freguesia se encontra totalmente disponível para colaborar no que seja necessário para ajudar a dar resposta áquilo que eventualmente surja neste âmbito da pandemia. -----

Agradeceu à Câmara Municipal pelo facto de ter autorizado à Freguesia de Picote as instalações artísticas feitas, nomeadamente, a pintura do PT e de alguns armários de distribuição, na parte antiga da aldeia, reiterando e renovando o convite à Câmara Municipal que, essas mesmas instalações juntamente com aquelas que existem em outras localidades e aqui na sede de concelho possam ser incluídas no roteiro de arte pública da Fundação EDP, dizendo que, seria um bom contributo que a EDP daria a esta região. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal lembrou, a respeito das zonas de requalificação urbana que, na sua freguesia muitos proprietários estão a requalificar casas antigas, e que, tendo aqueles proprietários um instrumento como o IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas), à semelhança do que acontece em outras localidades deste concelho, seria muito bem aproveitado na sua freguesia. -----

Em relação às questões da banda larga e da rede móvel, expôs que a sua freguesia continua sem um bom acesso à banda larga, dizendo que, é imprescindível para o teletrabalho e para as aulas à distancia. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, esta Assembleia não pode deixar passar em branco algo que aconteceu no dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte, data do falecimento de Teófilo Bento, Capitão de abril, antifascista, um grande democrata. Considera que, este concelho, e esta assembleia não pode deixar passar esse momento sem honrar a memória de alguém que participou na revolução de abril, ainda que, seja uma homenagem singela. Solicitando que, depois das suas palavras, e caso o Presidente da Assembleia Municipal assim entenda, que seja feito um minuto de silencio em memória desse grande democrata e antifascista. Desafiou a Comissão de Toponímia do nosso concelho para que num futuro próximo atribua o nome desta personalidade a uma rua em qualquer localidade deste concelho. -----

Comentou que, numa publicação da revista Visão, publicada no mês anterior, vinha publicada uma notícia respeitante ao concelho de Moncorvo que dizia que aquele município iria construir dezasseis miradouros por forma a potenciar turisticamente àquele concelho. Afirmou que, é no Concelho de Miranda do Douro que se encontram os melhores locais e as melhores paisagens. Lembrou que em Picote foi construído um miradouro digno, devido ao facto de naquele local ter ocorrido um incêndio, para recuperação daquele espaço, e embora existam outros miradouros neste concelho, não têm a dignidade que merecem, afirmando que, é nossa obrigação proporcionar aos turistas aquilo que eles pretendem. -----

Mencionou que, deu início o ano letivo e que devia ter sido feito o teste à COVID-19 a toda a comunidade escolar, porque se corre algo mal será um problema. -----

E no que respeita às medidas a tomar no âmbito da pandemia afirmou que, sem dúvida alguma concorda com as medidas propostas pela deputada Marisa Lavrador. -----

Em relação à Escola EB2 da Miranda do Douro perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se vai apenas ser retirado o amianto ou se também vai ser reestruturado todo o edifício. -----

Referiu que, continua a aguardar que lhe seja entregue fotocópia da correspondência trocada entre a Câmara Municipal de Miranda do Douro e a DREN - Direção Regional do Ensino do Norte, desde 2009 até à presente data, informação que tinha solicitado ao Presidente da Câmara. -----

Falou a respeito de uma obra que a Câmara Municipal iniciou em Sendim, a que denominou de obra da vergonha, herança do Partido Socialista deste concelho. Uma questão por resolver há quarenta anos. Trata-se de uma casa particular propriedade do falecido Sr. Alfredo Jacoto, que foi mandada demolir pelo então autarca socialista, de forma prepotente no início dos anos oitenta.

Lembrou que, o seu proprietário debateu-se na justiça pela reposição da casa e passados quarenta anos está-se a repor a justiça, que em sua opinião, é a maior injustiça deste concelho. -----

Sessão de 18 de setembro de 2020

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, afirmou que, não pretende de forma alguma acusa-lo relativamente a essa obra, mas, considera que talvez se devesse refletir a respeito desta questão na medida em que a referida obra está a ser edificada numa zona nobre da Vila de Sendim. Referiu que, se trata de trinta e seis metros quadrados de edificação que não se enquadra de modo nenhum naquele local atualmente. -----

Recordou que, quando chegou à Câmara com o Eng.º Rodrigo, em mil novecentos e noventa e oito, receberam uma sentença do tribunal que obrigava a Câmara Municipal a pagar uma indemnização ao proprietário da casa no valor de três mil e seiscentos euros, e quando a Câmara quis pagar essa quantia ao proprietário o advogado que o representava recorreu da sentença, sendo posteriormente emitida nova sentença pelo supremo tribunal em que, obrigava a Câmara Municipal que fizesse a casa no mesmo local e com os mesmos materiais. Neste momento está a ser feita a casa e não está a ser feita com os mesmos materiais, pois a casa em questão teria mais de cento e cinquenta anos e está a ser feita com vigas de cimento. Àquela época os materiais utilizados não eram esses, e perguntou se não seria motivo suficiente para poder embargar a obra. Alertou que, na sentença não refere a localização exata da casa, pelo que talvez nem esteja a ser construída no local exato, questionando até que ponto aquela obra não poderá ser embargada pela Câmara Municipal. -----

Afirmou que, talvez se deva fazer um levantamento popular e impedir que seja construída aquela casa, porque já foram feitos levantamentos populares no passado e obtiveram-se resultados. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** chamou à atenção o Deputado António Carção por estar a prolongar o seu tempo de intervenção com este assunto. -----

O **Deputado António Carção** ripostou dizendo que, este assunto não interessa ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondendo ao Deputado António Carção disse que, o deputado não tem noção da abrangência que têm as palavras por ele proferidas, afirmando que, as suas palavras não são

corretas. Disse que, eventualmente, poderá nem ser seu simpatizante, no entanto, deve ser mais cuidadoso quando faz este tipo de observações. -----

Relativamente à questão da construção referida pelo Deputado António Carção disse que, esta questão já foi levada ao extremo ao longo de diversos mandatos da Câmara Municipal. Referiu que, neste momento nem a família consegue resolver o assunto devido à forma como o advogado representante do proprietário conduziu o processo, não havendo necessidade de insistir nesta questão e muito menos da forma errada. -----

A **Deputada Virgínia Preto** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, e prosseguiu dando resposta às palavras do Deputado António Carção no que se refere a testar a comunidade escolar no âmbito da pandemia.

Disse que, neste momento seria descabido testar a comunidade escolar e não tinha qualquer vantagem estar a fazê-lo na medida em que neste momento foram registados zero casos positivos, além de que, iria aumentar os custos sem que se obtivessem grandes benefícios. -----

Alertou para o facto de existirem neste momento casos positivos, verificando-se que as pessoas às vezes mentem para não divulgarem com quem estiveram em contacto, e nesse sentido, apelou para que todos sejamos “fiscais” e sinalizadores de contactos. Porque é posta em risco a saúde pública o que deve ser evitado, dizendo que, devem ser dadas informações fidedignas e disponibilizou-se a receber essa informação por forma a travar ao máximo esta pandemia. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dar resposta às questões que lhe foram colocadas. E iniciou dando resposta à Deputada Marisa Lavrador dizendo que, a Câmara Municipal criou o fundo social municipal que já faz tudo o que a deputada mencionou e muito mais, e tem sido dado apoio, financiamento e acompanhamento, por uma equipa de trabalho, às necessidades dos mais carenciados, o que tem vindo a ser feito há muitos anos e agora continua. -----

Quanto às questões colocadas pelo Deputado Antero Besteiro disse que, a limpeza do passeio pedonal “Douro a seus pés” é feita pela Junta de Freguesia

de Miranda do Douro, e que embora ultimamente não tenha sido feito esse trabalho, tem estado a fazer um bom trabalho nesse sentido, não estando a ser feito este ano por ser um ano atípico. -----

Relativamente à questão colocada a respeito da casa de habitação do Sr. Luís Mercedes respondeu que, sem ter a informação dos técnicos respeitante ao respetivo processo não pode mandar avançar, por esse motivo ainda não foram feitas as obras. -----

No que se refere às raças autóctones passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para se pronunciar a respeito dessa questão. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida em resposta ao Deputado Antero Besteiro disse que, este município tem sido reconhecido devido ao apoio que tem dado aos criadores de gado das raças autóctones. -----

Recordou que, há já vários anos que a Câmara Municipal tem financiado a cem por cento todas as associações, todas as ações da sanidade animal, que eram custos que os agricultores tinham para com a Organização de Produtores Pecuários, e neste momento a Câmara Municipal assume a totalidade dessas despesas, uma verba que ronda os, cinquenta e cinco, a cinquenta e oito mil euros, por ano. Além de ter sido estabelecido um protocolo desde há dois anos a esta parte de apoio e financiamento à sanidade da Raça Asinina de Miranda, que não existia. -----

Informou que, de acordo e em colaboração com o Secretário Técnico chegou-se a um valor, e também está a ser financiado e apoiada a criação da Raça Asinina de Miranda, beneficiando também destes apoios as associações das raças autóctones. -----

Transmitiu que, as duas associações das raças autóctones se encontram instaladas nas instalações do Centro Agrícola de Malhadas porque é necessário fazer obras de alteração no Posto Zootécnico de Malhadas, quer interior, quer exteriormente. -----

Expôs que, os técnicos da Câmara Municipal fizeram um levantamento para esse efeito, e em breve arrancará a obra de requalificação total do Posto Zootécnico de Malhadas. -----

Além disso, a Câmara Municipal dá às duas raças autóctones, à bovina e à churra galega, um grande apoio financeiro disponibilizando cinquenta hectares de terreno de que é proprietária, tendo sido celebrado um contrato de comodato com as associações, para que quem tenha animais usufrua deles. -----

Transmitiu que, foi deliberado em reunião do Executivo Municipal, por unanimidade, reduzir em cinquenta por cento as taxas de abate, no matadouro municipal, devido ao que o município deixa de receber cerca de cem mil euros, por ano. -----

Mencionou que, esta semana decorreu a apresentação do grande projeto inovador que será um Centro de referência para o norte de Portugal, que ficará sediado em Malhadas, trata-se do Centro de Melhoramento e de Produção das Raças Autóctones. -----

Referiu que, se reuniu com os secretários técnicos e os presidentes das associações das raças autóctones, para apresentar o projeto, e recolher opiniões. Elucidando que, as referidas instalações também poderão vir a ser utilizadas por outras associações do norte do país, podendo mais tarde vir a ser utilizadas por associações do sul do país, e até mesmo associações espanholas.

Explicou que, não vai ser apenas um centro de recolha sêmen e de produção animal, mas também, e com a ajuda do grande parceiro que é o Instituto Politécnico de Bragança, que acolheu com grande interesse este projeto, assim como, a Secretaria de Estado do Interior, que manifestou interesse em continuar a apoiar este projeto, vai-se trabalhar em complementaridade, sendo direcionado no sentido de vir a ser uma associação para criar um centro tecnológico, ou, um centro para transferência de tecnologia. -----

Relativamente ao que a Deputada Marisa referiu, relativamente à criação de um corpo técnico de apoio aos empreendedores e investidores, respondeu que, este corpo técnico já existe, e que se encontra no Gabinete de Apoio ao Agricultor e Empreendedor. Informou que, têm feito várias sessões juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Miranda do Douro, e diversas candidaturas, e que, inclusive foi feita uma sessão de esclarecimento. Além

Sessão de 18 de setembro de 2020

disso, têm sido enviadas, sempre que oportuno, as tabelas em que constam as candidaturas que vão surgindo. -----

Em resposta ao Deputado Carção e em relação à informação que solicitou a respeito da Escola EB2 de Miranda do Douro, respondeu que, relativamente à questão que levantou foi feito um levantamento dos documentos, que totalizam treze ofícios, tendo sido também feitas várias reuniões, tendo esses documentos sido já entregues ao Vereador Manuel Rodrigo em reunião do Executivo Municipal, e que, lhe serão também enviados. -----

Informou que, este município foi o primeiro a adjudicar a execução da empreitada de retirada do fibrocimento do edifício da escola e será brevemente executada. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, em relação à proposta por ele feita para a criação de abrigos no centro histórico, dizendo que, não é viável criar esses abrigos naquele espaço. -----

Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal para passar um áudio respeitante a uma notícia transmitida pela emissora TSF, que também foi publicada no JN a respeito da cobertura de rede nas aldeias do interior, em que refere a posição do Presidente da CIM – TTM, Artur Nunes, a respeito do serviço de rede móvel, reclamando que se fale menos e se faça mais, em que afirma, que não se conforma enquanto todas as aldeias deste distrito não forem abrangidas pelo pomposamente anunciado programa “Portugal Digital”. -----

Quanto à chamada de atenção feita pelo Deputado António Carção em relação a deixar passar em branco o falecimento do Capitão de abril, Teófilo Bento, respondeu que, a Câmara Municipal enviou uma nota de condolências à família do falecido Capitão Teófilo Bento, manifestando o devido reconhecimento e relevância à ilustre pessoa, pela sua participação na luta pela liberdade, na revolução de abril, e o seu significado para todos nós. -----

Quanto aos miradouros, respondeu que, foi feita uma candidatura para a execução de miradouros no nosso concelho e que veio aprovada para executar dois miradouros, um em Miranda do Douro e outro em Paradela. -----

Transmitiu que, entretanto, foi aberto concurso duas vezes não tendo concorrido nenhuma empresa das duas vezes, sendo que, vai ser aberto mais uma vez para adjudicar a execução desses miradouros. -----

Relativamente à obra da casa do falecido Sr. Alfredo Jacoto, respondeu que, este assunto não deve ser tratado na Assembleia Municipal, porque considera que é um assunto demasiado sério e muito confuso e não deveria ser trazido a esta Assembleia. -----

Expôs que, a primeira vez que tomou posse em dois mil e nove, no primeiro dia que entrou na Câmara Municipal recebeu um fax do advogado do proprietário da casa a felicita-lo pela sua tomada de posse, dizendo que pretendia resolver a questão da casa. Entre o dia dois de novembro e o dia seis de dezembro do referido ano, recebeu todos os dias um fax do referido advogado até que ao fim de uns dias recebeu uma carta da Juíza do Tribunal de Miranda do Douro, em que era ameaçado de perda de mandato por incumprimento da sentença do Supremo Tribunal de Justiça. Então, perguntou à Sr.^a Juíza porque é que incumpria, uma vez que, tinha acabado de ser eleito. Foi-lhe explicado que, devido ao anterior Presidente da Câmara Municipal não ter cumprido a sentença, sendo ele o atual Presidente da Câmara Municipal ser-lhe-ia imputada essa responsabilidade e por esse motivo perderia o mandato. --

Explicou que, entretanto, essa questão da perda de mandato foi sanada, mas, o assunto ainda está a ser tratado em tribunal, tendo feito tudo o que estava ao seu alcance para que fosse assinado acordo com os herdeiros para pagamento de uma determinada quantia, com o que todos os herdeiros concordaram, mas, quando chegou a hora da verdade um dos herdeiros disse que não, pelo que tudo ficou em suspenso. -----

Afirmou que, gostaria de resolver juridicamente esta questão, o que se lhe afigura muito difícil, devido à confusão criada pelos juristas que trataram no passado deste processo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concordou com as palavras do Presidente da Câmara Municipal, quando diz que este assunto não deve ser tratado nesta Assembleia Municipal, afirmando que, não concorda com a forma de estar do Partido Chega, assim como, da forma como utiliza os argumentos.

Não concorda com esse tipo de abordagem, e pessoalmente nunca faria esse tipo de combate político, porque é um combate político injusto. -----

Relativamente à instalação de fibra ótica e do 5G, referiu que se trata da digitalização da nossa economia, que atualmente tem uma grande importância.

Expôs que, houve um tempo em que a principal reivindicação do interior era a implementação de infraestruturas rodoviárias e com toda a razão. -----

Elucidou que, atualmente as veias, as artérias são a fibra ótica, é o 5G, é a digitalização da economia, e quem não compreender isto ainda não compreendeu nada do futuro do interior. -----

O **Deputado Antero Besteiro** solicitou novamente o uso da palavra e tendo-lhe sido dada, dirigindo-se à Vereadora Anabela Torrão disse que, a Vereadora afirmou que esta Câmara tem ajudado deveras os produtores pecuários do concelho, e sabe que é um facto que o tem feito, mas, também sabe que este exemplo é seguido pelo município de Montalegre, e no entanto, aquele município tem uma área e um número de criadores muito superior ao nosso. Referindo que, a Câmara de Montalegre vendo que a ajuda que estava a dar a cada produtor não era suficiente passou a dar a cada produtor em vez de cinquenta euros, cem euros por cada animal, apelando ao Executivo Municipal que esta Câmara siga o exemplo. Afirmou que, é de louvar a ajuda que a Câmara de Miranda do Douro dá aos produtores, no entanto, podia fazer mais por eles. -----

Perguntou se as associações não possuem dinheiro em cofre para proceder ao melhoramento das sedes que ocupavam, observando que é necessário dar-lhes tudo de mão beijada, encavalitam-se no poder local. -----

Mencionou que, os produtores da raça bovina mirandesa têm declinado muito estes últimos anos, em todo o nosso concelho. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, discorda das palavras do Presidente da Assembleia Municipal quando diz que não simpatiza com ele, afirmando que, nutre muita simpatia pela sua pessoa, tanto a nível profissional como pessoal. -----

Expôs que, em termos políticos ocupam frações opostas, pelo que, por vezes pequenas e grandes discussões e provocações ajudam a esclarecer as

Sessão de 18 de setembro de 2020

coisas, sendo esta a parte que pretende incitar, quanto ao resto pretende que fique salvaguardado. -----

Em relação à questão da casa do falecido Sr. Alfredo Jacoto, lamenta dizer ao Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal que se trata de um assunto essencialmente político, porque se deve a uma decisão tomada por um Presidente de Câmara, por esse motivo deve ser tratado nos locais devidos. -----

Em relação à Escola EB2 de Miranda do Douro, congratulou-se pelo facto da obra ir dar início, dizendo que, tinha ficado com uma dúvida em relação à obra, perguntando se a obra contempla apenas a retirada do amianto ou se também contempla o arranjo do edifício, porque tem conhecimento de que algumas partes desse edifício estão bastante degradadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, nesta fase o procedimento aberto foi apenas para a substituição do amianto. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de terminadas as intervenções propôs que fosse feito por parte desta Assembleia Municipal um voto de pesar relativamente ao falecimento do Capitão Teófilo Bento, Capitão de abril, sendo do conhecimento de toda a nossa comunidade o papel que teve na Revolução do 25 de abril de 1974, dizendo que, depois de aprovada a ata desta sessão fosse dado conhecimento do teor da parte respetiva da ata aos seus familiares. -----

Posto a votação foi aprovado por unanimidade dedicar um voto de pesar aos familiares do falecido Capitão Teófilo Bento. -----

Em seguida, foi feito um minuto de silêncio em memória da grande personalidade mirandesa, e nacional que foi o Capitão Teófilo Bento. -----

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 26 de junho de 2020. ----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

Foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte seis de junho de dois mil e vinte, tendo sido aprovada, por maioria, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento

Administrativo, com o voto contra do Deputado António Carção, por considerar que a ata não traduz devidamente o que se passou em algumas das suas intervenções, a respeito do que apresentou uma declaração de voto, que passa a ser transcrita para a presente ata. -----

“Declaração de voto”

“Em virtude de não serem aceites as minhas propostas de alteração na ata 3/2020, de 26 de junho de 2020, desta Assembleia Municipal, voto contra pelas seguintes razões. -----

A ata n.º 3, de 26 de junho de 2020 da Assembleia Municipal não transcreve o que se passou nesta Assembleia no que confere às minhas palavras na página 22 e 23, não constam as minhas afirmações que o Sr. Presidente diz ter feito e a ata não contempla, não faltei ao respeito a esta Assembleia nem aos seus membros, o único que me fez sentir ofendido foi por o Sr. Presidente da Câmara não me querer responder às minhas perguntas.” -----

4. Projeto de regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Picote. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, congratulou-se com a elaboração deste regulamento que vai ser agora aprovado, disponibilizando-se para participar na discussão pública. -----

Referiu que, gostaria se possível de colaborar de forma próxima com o município na gestão daquele espaço, que pode ser um espaço fundamental daquilo que é, um espaço de desenvolvimento turístico e promoção do desporto e juventude no nosso concelho. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro. -----

5. Projeto de regulamento municipal de transporte de doentes oncológicos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Deputada Virgínia Preto, e o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Aquilino Ginjo. -----

Sessão de 18 de setembro de 2020

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para informar que, foi feito um ajustamento ao regulamento em apreciação e votação, apelando para que caso alguém considere que haja algo a acrescentar ou a alterar que sejam dadas essas informações durante a fase de consulta pública.

A **Deputada Virgínia Preto**, felicitou o Executivo Municipal por este projeto, porque considera que é uma mais valia para os mirandeses e espera que muito em breve seja implementado. -----

Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Aquilino Ginjo, congratulou todo o Executivo Municipal por este projeto, uma vez que este regulamento foi aprovado por unanimidade em reunião do Executivo Municipal, e porque é um serviço disponibilizado a todos os que tenham ou venham a ter algum problema oncológico. -----

Referiu que, também ele na qualidade de bombeiro voluntário faz o transporte de pessoas que sofrem de problemas oncológicos e conhece as dificuldades com que se deparam devido à doença em questão. -----

Informou que, o Presidente da Câmara Municipal do Porto mandou retirar o estacionamento junto ao Hospital de São João, tendo afastado a paragem das ambulâncias num local afastado dificultando o transporte das pessoas que se dirigem àqueles serviços, fazendo com que tenham que ser transportadas em transportes públicos urbanos, o que dificulta ainda mais a vida a essas pessoas.

Referiu que, tinha enviado um ofício ao Presidente daquela Câmara Municipal a solicitar informação a respeito da decisão que tomou nesse âmbito à que ainda não obteve resposta. -----

Apelou ao Presidente para que também ele tome iniciativa a respeito desta questão no sentido de reforçar o seu pedido de informação e a reposição daquela paragem para doentes oncológicos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** felicitou o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, e a Dr.^a Virgínia Preto, pelo trabalho que têm feito nesse âmbito. -----

Considera que, este projeto é muito importante para as pessoas deste concelho que precisem de utilizar esse serviço, propondo fosse dada uma salva de palmas ao Executivo Municipal por esta iniciativa. -----

Sessão de 18 de setembro de 2020

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de regulamento municipal de transporte de doentes oncológicos. -----

6. Minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, José Marcelino Antão. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão, e em seguida agradeceu à Câmara Municipal pelo protocolo aqui trazido para aprovação, agradecendo aos seus colegas da Assembleia Municipal, autarcas e deputados que aprovem este protocolo. porque é muito importante para a sua freguesia celebrar este protocolo cuja verba se destina a reparar um caminho.

Referiu que, é muito importante que este protocolo seja aprovado, porque a verba a receber se destina à compostura de um caminho, manifestando que, este apoio dado pela Câmara Municipal às Juntas Freguesia é essencial porque permite às juntas de freguesia fazer mais do que teriam possibilidade de fazer sem esses apoios. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações. ----

7. Minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações. -----

Sessão de 18 de setembro de 2020

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Abílio Barril, apresentou a todos os que se encontravam presentes na sessão os seus cumprimentos, agradecendo ao Executivo Municipal a concretização deste protocolo, por ser uma boa ajuda à junta de freguesia que representa. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações. ----

8. Imposto municipal sobre imóveis, a liquidar em 2021. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu uma breve explanação a respeito desta matéria, solicitando a sua aprovação deste assunto. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar as taxas mínimas de IMI previstas, bem como, a redução da taxa de imposto a que alude o n.º 5, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a aplicar sobre prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, a liquidar em 2021, da seguinte forma: aos prédios rústicos será aplicada a taxa de 0,8%, não sujeita a qualquer tipo de intervalo, aos prédios urbanos será aplicada a taxa de 0,3%. -----

9. Derrama (para vigorar em 2020). -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu uma breve explicação a respeito desta matéria, solicitando a aprovação deste assunto. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a cobrança da derrama em 2020, aplicando as seguintes taxas: a) Normal = 1,5%; b) Reduzida = 0,0%, conferindo uma isenção de derrama para sujeitos passivos com um

volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros); c) Aplicada a fórmula de repartição associada à derrama dos Centros Eletroprodutores – EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.. -----

10. Taxa municipal de direitos de passagem (Ano 2021). -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu uma explicação sucinta a respeito deste assunto, solicitando a sua aprovação. -----

O **Deputado António Carção** disse que, discorda com o que o Presidente da Câmara Municipal afirmou quando disse neste momento é a empresa que assume a despesa da taxa municipal dos direitos de passagem. Afirmando que, é o cliente que continua a pagar esse valor, e que considera que não devia ser o cliente a pagar e muito menos nesta época de pandemia, mas, devia ser a autarquia a pagar, e por não concordar que seja o cliente final a pagar vota contra a aprovação deste ponto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, é do seu conhecimento que é como ele disse e não como afirma o Deputado António Carção, no entanto, esclarecerá solicitando informação a respeito deste assunto, e caso seja como o deputado afirma será tomada nova deliberação, e caso assim entenda o Presidente da Assembleia Municipal será tomada nova deliberação por este órgão em relação a este assunto. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por maioria, aplicar o percentual de 0,25% de taxa municipal de direitos de passagem durante o ano de 2021, com o voto contra do Deputado António Carção. -----

11. Participação variável no IRS (Ano 2021). -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra transmitindo que, o Órgão Executivo deliberou por unanimidade manter o valor de participação variável no IRS, para o ano 2021, cuja percentagem é de 5%, ressalvando que, da participação variável a receber pelo Município de Miranda do Douro cinquenta e quatro mil euros reverterão a favor das juntas de freguesia, destinados à recuperação de caminhos rurais, constando no próximo ano em mapa onde conste a distribuição das verbas, sendo a quantia remanescente

destinada à comparticipação na compra de medicamentos pelos munícipes deste concelho, que será regulamentada através de regulamento a elaborar. ----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** disse que, tinha ficado surpreendido com esta posição da Câmara Municipal, porque ao fim de onze anos de mandatos despertou para uma nova perspetiva em relação a matéria. -----

Considera que, esta situação ainda não está muito clara, porque devia ficar escrito que a totalidade dos cinco por cento do IRS deviam ser gastos em questões sociais, embora também seja bem aplicado nas juntas de freguesia. ---

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, é do interesse de todos encontrar soluções para as populações, para as juntas de freguesia, no entanto, nos anos anteriores foi necessário pagar dívida, e quando começa a haver alguma possibilidade utilizar-se-ão os meios disponíveis do município e acordado entre todo o Executivo Municipal, tendo sido apresentada esta proposta conjunta feita entre todos os membros que o constituem. -----

Afirmou que, certamente, até ao final do mandato serão encontradas outras soluções, e que, se poderem ser encontradas em conjunto tanto melhor, sendo nesse sentido que este Executivo Municipal tem estado a trabalhar, para o bem comum de todos os cidadãos do concelho de Miranda do Douro. -----

O **Deputado António Carção** afirmou que, gostou de ouvir as palavras do Presidente da Câmara Municipal, no entanto, lembrou que aquele recebeu uma situação financeira bem melhor do que a que foi recebida pelo Eng.º Manuel Rodrigo quando iniciou as suas funções de autarca na Câmara Municipal de Miranda do Douro, e mesmo assim, deu sempre dois e meio por cento deste imposto, sempre que foi possível, aos contribuintes do concelho. ---

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, manter a percentagem de 5% da participação variável no IRS para o ano de 2021. -----

12. Relatório de acompanhamento da execução do plano de ajustamento financeiro - 1.º semestre de 2020, no âmbito do PAEL (Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro). -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, é obrigatório continuar a apresentar este relatório para conhecimento deste órgão, por imposição da DGAL, embora este assunto já se encontre sanado e resolvido. ----

Foi dado conhecimento aos membros que integram o Órgão Deliberativo do teor do relatório de acompanhamento da execução do Plano de ajustamento Financeiro (PAF), referente ao 1.º semestre de 2020, apresentado no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro (PAEL). -----

13. Manutenção de competências no âmbito de intervenção do município - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Manuel Gonçalves, Jorge Jacoto Lourenço, António Carção. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** prestou algumas informações a respeito dos pontos treze e catorze, dizendo que, o assunto referente ao ponto treze foi muito trabalhado desde o ponto de vista técnico e político, com vista à resolução de problemas que as juntas de freguesia têm e ao apoio das juntas de freguesia através do apoio financeiro expresso. -----

Considera que, nas diferentes reuniões feitas com os presidentes de junta de freguesia, foram salutareas e profícuas, encontrado dessa forma, por um lado, esta solução que resolve um problema, e por outro lado, vem sustentar as próprias juntas de freguesia nas suas atividades ao longo do próximo ano. -----

Referiu que, este acordo é para o próximo ano, e pode ser alterado futuramente pelo próximo Executivo Municipal, dizendo que, se tentou fazer tudo com transparência, clareza, e com igualdade, em função de cada uma das freguesias deste concelho. -----

Afirmou que, tentou ser equitativo, transparente, e encontrar uma solução conjunta para todos, apelando a todos os presidentes de junta de freguesia que votem a favor, e agradecendo a todos pelo empenho e dedicação, bem como, pela compreensão em algumas situações que são do conhecimento geral. -----

4
A**Sessão de 18 de setembro de 2020**

tudo com transparência, clareza, e com igualdade, em função de cada uma das freguesias deste concelho. -----

Afirmou que, tentou ser equitativo, transparente, e encontrar uma solução conjunta para todos, apelando a todos os presidentes de junta de freguesia que votem a favor, e agradecendo a todos pelo empenho e dedicação, bem como, pela compreensão em algumas situações que são do conhecimento geral. -----

Considera que, depois de se ter chegado a um acordo entre todos, que se chegou a um princípio de entendimento de uma ação de descentralização a partir de 2021, e é uma forma importante de trabalhar as juntas de freguesia. --

Referiu que, até ao mês de dezembro próximo reunirá com todos os presidentes de junta de freguesia deste concelho porque ficaram pendentes alguns assuntos, nomeadamente, um novo acordo que tem a ver com a atribuição de uma verba para as áreas rurais, e os acordos de parceria, ao nível dos caminhos rurais e cemitérios, além de que, ainda não foram celebrados protocolos com algumas juntas de freguesia. -----

Disse que, no próximo ano poderão ser feitas algumas alterações que se prendem com algumas especificações em cada uma das freguesias. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo**, Manuel Gonçalves, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão, e em seguida, falou a respeito das propostas feitas pela Câmara Municipal às juntas de freguesia, dizendo que, relativamente às primeiras propostas de transferências verificou alguma injustiça, e agradeceu a quem colaborou para sanar algumas diferenças, e que terá isso em conta, tendo sido colocado um ponto final nesta questão, no que se refere às alíneas a), b), e c).

Relativamente às alíneas e) e f), enviou umas fotografias para dar conhecimento, a quem desconhecia, do estado atual das escolas de Palaçoulo, onde se verifica a sua degradação, sobretudo a vedação que cerca as escolas, que constitui perigo principalmente para as crianças que frequentam aquelas escolas. -----

CF
A

Sessão de 18 de setembro de 2020

Afirmou que, aceita de bom grado as escolas, no entanto, solicita à Câmara Municipal que antes de entregar as escolas mande proceder ao arranjo das mesmas, principalmente a remodelação e a segurança da vedação. -----

O **Presidente da junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, felicitou o Presidente da Câmara Municipal e todos os que participaram neste processo, que denota de alguma forma maturidade e dá responsabilidade às juntas de freguesia, que efetivamente, é quem está mais próximo das pessoas para melhor resolver as suas necessidades enquanto munícipes. -----

Apelou ao Presidente da Câmara Municipal para que até ao fim do ano sejam celebrados outros protocolos que contemplem todas as freguesias e não apenas as que ainda não foram contempladas. Porque a sua freguesia já foi contemplada com um protocolo para a execução do miradouro que se propôs fazer, devido às circunstâncias, fruto de um incêndio que ocorreu naquele local.

No entanto, apelou para que se faça no âmbito de outras matérias que venham a ser da competência das juntas de freguesias, em relação a material, a mobiliário, porque se as instalações foram recebidas em não muito boas condições será um encargo enorme para as juntas de freguesia poderem mantê-las. -----

Apelou mais uma vez ao Presidente da Câmara Municipal para que esteja presente para resolver este problema porque, de facto, ao assumirem as juntas de freguesia este compromisso certamente todos os autarcas receberão de braços abertos essas competências, mas, com a consciência de que não poderão assumir aquilo que são os encargos das juntas de freguesia com outros problemas que já existem, solicitando que tenha isso em atenção. -----

Felicitou o Executivo Municipal pela decisão tomada, por unanimidade, relativamente à transferência da percentagem do IRS, e das verbas atribuídas às juntas de freguesia para que possam ser utilizadas em tempo útil. -----

O **Deputado António Carção**, congratulou-se pela abrangência do acordo, mas, pelo que está a ver nem todos os autarcas ficaram satisfeitos. -----

Referiu que, temos um caso que serviu de bitola nas transferências para quem tem edifícios, nomeadamente, edifícios escolares, é o caso de Sendim e Palaçoulo. -----

4
A

Considera que, a Câmara Municipal devia ter feito obras de requalificação nos edifícios e só depois é que os entregava em perfeito estado, porque as juntas de freguesia têm mais trabalho e são quem menos recebe. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que, o Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo já foi informado de que a Câmara Municipal já se comprometeu a fazer obras antes de entregar o respetivo edifício da escola e vai tentar fazer um protocolo de colaboração para esse efeito. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** solicitou o uso da palavra para informar que, o telhado das respetivas instalações do Jardim de Infância de Sendim já foi substituído. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote disse que, foi identificado em mapa as áreas rurais, sendo sua intenção resolver todas as questões de gestão com as juntas de freguesia até ao final deste ano. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo**, Manuel Gonçalves, esclareceu que, a informação que lhe chegou acerca da recuperação do edifício das Escolas de Palaçoulo foi-lhe dada informalmente, e é diferente falar a fazer, sendo que, antes de que seja assinado protocolo nesse sentido nada é concreto, nem garantido. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta concernente à manutenção de competências no âmbito de intervenção do município nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. ---

14. Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

Posto este assunto a votação foi aprovada, por unanimidade, a proposta concernente à transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias nos termos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

15. Minutas de autos de transferência - Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

Cf
A

Sessão de 18 de setembro de 2020

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção disse que**, em relação a estas transferências nada tem a dizer, mas, pessoalmente considera que as juntas de freguesia continuam a ser discriminadas e não respeitadas e muito pouco valorizadas. -----

Mencionou que, da leitura feita aos documentos que lhe foram remetidos, se apercebeu de que a Câmara Municipal vai transferir para as juntas de freguesia trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis mil euros, o que considera ser muito dinheiro para quem não tem nenhum, e para quem se habituou a fazer obras sem dinheiro. -----

Relembrou que, em 2007, 2008, e 2009 enquanto a Câmara Municipal foi liderada pelo Eng.º Manuel Rodrigo Martins era transferida para as juntas de freguesia a quantia de duzentos mil euros, sendo neste momento apenas mais cento e trinta e quatro mil euros, por isso considera que as juntas de freguesia não estão a ser devidamente valorizadas. -----

Em sua opinião algumas freguesias foram altamente prejudicadas, concretamente a União de Freguesias de Sendim e Atenor, porque vai receber funcionários e edifícios, e tem uma freguesia anexada. Dizendo que, quem olhar para o documento parece-lhe muito dinheiro, mas, efetivamente não é, e vai exigir do Presidente da União de Freguesias uma grande gestão financeira, assim como, a Junta de Freguesia de Palaçoulo, que também vai receber um edifício. -----

Concorda que, sejam atribuídas responsabilidades às juntas de freguesia, mas, também lhes deve ser dado dinheiro para gerir essas responsabilidades, dinheiro esse que, em sua opinião, certamente saberão gerir melhor que a Câmara Municipal. -----

No âmbito do processo de transferência de competências do município para os órgãos das freguesias nos termos do decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril e na sequência da aprovação pelos Órgãos Executivos respetivos, da proposta de transferência de recursos financeiros e respetivos termos, foram presentes as minutas dos autos de transferência de competências e de recursos

9
A

a celebrar com cada uma das treze freguesias do concelho para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 6.º, do Decreto-lei nº 57/2019, de 30 de abril.

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar as treze minutas dos autos de transferência de competências e de recursos, a celebrar entre o município e cada uma das treze freguesias, com a distribuição financeira registada no quadro a seguir: -----

FREGUESIA	VALOR DA TRANSFERÊNCIA
DUAS IGREJAS	33 298,75 €
GENÍSIO	13 817,63 €
MALHADAS	18 721,89 €
MIRANDA DO DOURO	23 590,67 €
PALAÇOULO	30 756,99 €
PICOTE	17 179,87 €
PÓVOA	14 014,63 €
SÃO MARTINHO DE ANGUEIRA	18 102,49 €
VILA CHÃ DE BRACIOSA	18 580,70 €
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONSTANTIM E CICOURO	14 904,37 €
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IFANES E PARADELA	19 267,31 €
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SENDIM E ATENOR	103 282,32 €
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SILVA E ÁGUAS VIVAS	21 239,08 €
TOTAL	346 756,70 €

16. Concurso público para aquisição de serviços de gestão de recolha indiferenciada, recolha seletiva, transporte de resíduos e limpeza urbana nos municípios da Terra Fria Transmontana. -----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

O Presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra para falar a respeito desta matéria dizendo que, em dois mil foi celebrado contrato com a RESIN e passados vinte anos vai agora, novamente, a concurso por um período mais limitado que permite uma grande redução em termos de custos para a Câmara Municipal, uma redução de quase cinquenta por cento do valor até agora pago pela Câmara Municipal à empresa RESIN. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

- Aprovar as peças do procedimento: o programa de procedimento, o caderno de encargos e o anúncio respetivo, baseando-se a presente proposta de decisão de contratar no Estudo de Avaliação Custo/Benefício anexo à proposta apresentada; -----

- Aprovar, conforme proposta da Resíduos do Nordeste, Elm, S.A., a constituição do júri que será constituído pelos seguintes membros efetivos: júri do procedimento: Luís Miguel Gonçalves Teixeira, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., que presidirá; Hélder Manuel Alves Correia, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 1.º vogal que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos; Mário João Afonso Prada, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 2.º Vogal. E os seguintes membros suplentes: Ana Cláudia Ribeiro Afonso Técnica Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 1.º Suplente; Luís Carlos Teixeira Torres Vitória, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 2.º Suplente. -----

Competirá ao júri nos termos do n.º 1, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, proceder à apreciação das propostas e elaborar o respetivo relatório de análise, sendo ainda expressamente delegadas competências para solicitar e prestar esclarecimentos aos concorrentes. -----

O júri poderá ser acompanhado e apoiado por serviços de consultoria externa, no âmbito da tramitação e até à contratação. -----

- Designar como Gestora do Procedimento a Técnica da Resíduos do Nordeste, Ana Cláudia Ribeiro Afonso; -----

- Indicar desde já como Gestor de Contrato, com as competências consignadas no artigo 290.º- A do CCP, Luís Miguel Gonçalves Teixeira, a designar na fase de adjudicação. -----

17. 6.ª Alteração orçamental aos documentos previsionais para 2020, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos, a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, e a 2.ª alteração ao plano de atividades municipais. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

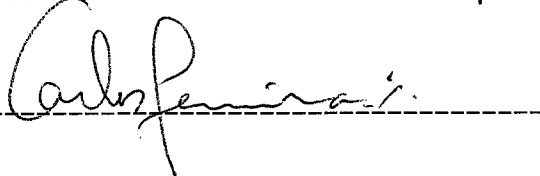
O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a 6.ª alteração orçamental aos documentos previsionais para 2020, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos, a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, e a 2.ª alteração ao plano de atividades municipais, no valor de € 17.996.647,92 (dezassete milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e sete euros, e noventa e dois cêntimos). -----

18. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, tendo sido dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram treze horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

